

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA INTEGRADA

Maria Adelina França - Mestranda
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
adelina-franca@uol.com.br

O relato a seguir narra experiência vivida durante execução de projeto social na periferia do município de São Paulo.¹ O objetivo do trabalho, ora apresentado neste XV Encontro Nacional da ABRAPSO, é analisar algumas formas de interação do Estado com a comunidade.²

Como parte da execução de um projeto maior, trabalhamos dentro do que denominamos de “Eixo Comunidade”. Os representantes da comunidade foram organizados em um grupo de trabalho permanente, que se reúne³ semanalmente durante quatro horas. A composição desse grupo é bastante heterogênea, contando com a participação de representações do associativismo local, organizações sem fins lucrativos, algumas executando projetos governamentais outras não, escolas da rede pública, e representantes governamentais.

Dentre as atividades desenvolvidas com o grupo, foram organizadas reuniões com o poder público. Estas reuniões fizeram parte de uma primeira etapa de um processo que visa promover a consciência política dos membros da comunidade. Como estratégia, foram organizadas três reuniões, com três áreas do poder público participantes deste projeto maior.

Metodologia

O objetivo destas reuniões eram dois basicamente: (1) promover uma aproximação do poder público com a comunidade, e (2) colher subsídios para elaboração de uma política pública integrada.

Para participar das reuniões, foram convidados como representantes das áreas de governo, pelo menos um técnico e um gestor. O técnico nos garantiria a presença de conhecedores da realidade local; e o gestor, a força política. Foram realizadas reuniões preparatórias com o grupo de representantes da comunidade, para levantar as demandas e necessidades identificadas dentro de cada uma das áreas. Também foram realizadas reuniões com os representantes das áreas de governo, em separado, para esclarecê-los sobre o objetivo do trabalho proposto.

¹ Por questões éticas, os atores envolvidos não serão identificados.

² Por “comunidade” nos referimos aqui aos representantes de associações de bairro, organizações sem fins lucrativos, escolas e demais membros deste grupo.

³ Esclarecemos que o projeto ainda está em andamento.

Silêncio

A reunião com a área, que chamaremos de “A”, contou com a presença de um representante do nível central, um representante regional, e seis representantes locais. Foram abordados seis pontos, dos vinte e quatro apontados como necessidades na área pela comunidade. A questão central, e mais sensível, se referiu à participação da comunidade nos conselhos da área.

As reuniões dos conselhos acontecem em horários que não permitem a participação da comunidade, ou não são claramente informadas. A área de governo acusou a comunidade de não participar nos conselhos, enquanto os representantes da comunidade demandavam a possibilidade de participar. Observou-se haver falhas na comunicação sobre os horários e locais das reuniões dos conselhos por parte da área de governo.

A representante do nível central manteve uma postura de escuta durante a reunião. Os representantes regionais e locais manifestaram-se, defensivamente, na maioria das vezes.

Fragmentação

A reunião com a área “B” contou com a presença de dois representantes do nível central, quatro supervisores locais de serviços, e dois técnicos de um serviço especializado. Foram abordados cinco pontos de pauta, dos nove pontos indicados como necessidades pela comunidade.

Embora a participação em reunião com a comunidade tivesse sido bastante valorizada pela representante do nível central, durante a reunião, a maioria das questões levantadas foi remetida à competência de outras áreas.

Agressividade

No período que antecedeu a reunião com a área “C”, estavam sendo chamadas conferências municipais preparatórias para a conferência estadual da área. A primeira questão colocada pelo grupo de representantes da comunidade, e fora da pauta previamente preparada que reunia quatro pontos, foi sobre a ausência de material de divulgação para a chamada da conferência. Todo o material de divulgação estava, aparentemente, em uma perua Kombi, que ninguém sabia onde estava. Esta foi a resposta do poder público ao questionamento do membro do grupo sobre o material.

O que se seguiu foi um discurso bastante agressivo sobre a falta de representação da comunidade na própria reunião preparatória, enfatizando o despreparo da comunidade para se fazer representar e defender suas propostas – um discurso desqualificando a participação dos representantes, feito em tom de voz alto e agressivo, que literalmente emudeceu os representantes do grupo. A representante também se recusou a dar informações sobre o fluxo da área aos membros do grupo. O grupo recrudescer e intimidou-se diante da postura agressiva da representante do poder público.

Importante observar que a área “C” depende quase que exclusivamente da atuação do Terceiro Setor para execução de suas ações, e presentes à reunião também estavam algumas entidades conveniadas à área em questão.

Análise

Pudemos perceber nas três reuniões com as diferentes áreas do poder público, o que nos pareceu ser estratégias de desmobilização da força política da comunidade.

A Constituição de 1988 garante a participação popular nas ações do governo, principalmente através da formação de conselhos. Mas, o exercício prático deste direito constrange o poder público, que normalmente mantém a comunidade à margem das decisões que afetam a vida de seus membros diretamente. A comunidade se ressentida de servir para montar uma imagem de participação popular para o poder público, quando assim convém a ele. Mas, na prática, o poder público resiste à efetiva participação da comunidade.

Cloward (1979), ao analisar as razões do fracasso ou sucesso de movimentos populares, apresenta uma definição clara e simples de poder:

“Senso comum e experiência histórica juntas parecem sugerir uma visão simples, mas convincente das raízes do poder em qualquer sociedade. De maneira nua e crua: aqueles que controlam os meios de produzir riqueza tem poder sobre aqueles que não os tem.” (p. 1)⁴

O Estado detém o poder de coerção, exercido através de seus representantes. Nossos impostos são recolhidos, e a “riqueza” redistribuída através das ações do Estado, em serviços oferecidos à população.

Van Dijk (2008), discute a relação existente entre discurso e poder, e apresenta a idéia de que são produzidas formas de desigualdade legítimas, através das diferenças de poder político.

“Assim achamos “normal” as desigualdades tais como as diferenças de poder entre professores e estudantes, profissionais e seus clientes, peritos e leigos, ou jornalistas e audiências.” (p.30)

Desta forma, *normatizamos* uma forma de uso ilegítimo do poder, e assistimos a uma violação de normas e valores fundamentais. No caso relatado, o comportamento dos representantes do Estado, silenciando ao invés de esclarecer, eximindo-se da responsabilidade através da fragmentação, ou agredindo representam formas de abuso de poder, e promovem desmobilização da força política da comunidade.

A ilegitimidade do poder produz, o que Van Dijk denominou de *conseqüências negativas da dominação discursiva*. Ou seja, um estado mental que justifica a submissão ao discurso daquele que detém mais poder. São formas sutis de dominação.

⁴ Tradução livre.

“Percebemos que muito da definição de (i)legitimidade da escrita e da fala encontra-se enquadrada em termos das *conseqüências mentais* negativas da dominação discursiva: desinformação, manipulação, estereótipos e preconceitos, vieses, falta de conhecimento e doutrinação, e como esses elementos podem significar ou levar à desigualdade social, como por exemplo, no caso em que tais conseqüências mentais por sua vez podem influenciar a (ilegítima) interação social, tal como a discriminação.” (p. 30)

Muito caminho ainda teremos que percorrer para o que chamamos de amadurecimento dos processos democráticos possa acontecer em nosso País.

Referências bibliográficas:

CLOWARD, R, PIVEN, F. *Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail*. USA: Vintage Books, 1979.

VAN DIJK, T. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.